



PAULO PIMENTA, PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DO PORTO, AVISA

Delação premiada representa "um grave risco para o Estado de Direito"

A introdução do conceito de delação premiada na legislação portuguesa pode revelar-se "um grave risco para as garantias dos cidadãos e para o Estado de Direito" e "representar um retrocesso civilizacional", alerta Paulo Pimenta. Falando à margem da cerimónia de tomada de posse para o seu segundo mandato à frente do Conselho Regional do Porto da Ordem dos Advogados, o responsável crítica a ausência, até à data, de um convíte, por parte do Governo, para os advogados integarem a comissão de estudo sobre a delação premiada e salienta que "a preocupação de boa investigação, de perseguição dos criminosos na área económica e financeira, genericamente, e na área da corrupção deve ser algo que preocupa todos os cidadãos, assim como o Estado e o poder político, mas tal não pode ser feito a qualquer custo".



Nova cerimónia da Ordem dos Advogados. Luís Meneses Leitão, na tomada de posse de Paulo Pimenta, presidente do Conselho Regional do Porto.

mente insuperável e tem de ser feita alguma alteração porque esta situação não se pode manter.

VE - É como tem assistido ao atual debate sobre a possibilidade de introduzir o conceito de delação premiada na legislação portuguesa?

PP - Esta perspectiva de se tentar resolver algumas pressões de investigação através da delação ou colaboração premiada é um perigo, e que pode representar um retrocesso civilizacional. A introdução deste conceito representa um grave

que preocupa todos os cidadãos, assim como o Estado e o poder político, mas tal não pode ser feito a qualquer custo. A defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos não pode ser posta em causa. Não podemos imaginar a criação de tribunais especializados para julgar a corrupção, porque a Constituição não o permite.

VE - Por que razão os advogados não foram convidados a integrar a comissão de estudo sobre a delação premiada?

PP - Não sei o porquê de não nos terem convidado, qual foi o

Há aqui um novo de interesses cruzados de política, negócios e banca que não se pode manter

risco para as garantias dos cidadãos e para o Estado de Direito. Significa o desinvestimento numa investigação competente e rigorosa. Para além disso, é contrária à Constituição a criação de tribunais especializados para julgar processos de corrupção e é inaceitável que o Governo crie uma equipa de trabalho com juizes, procuradores e académicos,

motivação, nem estou absolutamente seguro que se a comissão sempre for para a frente não venham mais tarde a integrar advogados. O que sei é que, num primeiro momento em que isso foi divulgado, não estava prevista a intervenção dos advogados. Qual é o propósito do poder político? Não sei se é tentar os obstáculos que os advogados constituem, mas isso só nos honra, porque é sinal que cumprimos o nosso principal mandamento, que é a Defesa dos Direitos e Bases de Garantia e do Estado de Direito.

A defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos não pode ser posta em causa

mas excluir advogados, aqueles que previsivelmente são os mais resistentes à figura da delação premiada.

A preocupação de boa investigação, de perseguição dos criminosos na área económica e financeira, genericamente, e na área da corrupção deve ser algo

que não tem acesso aos tribunais porque não conseguem suportar os custos. Isso é muito grave", acusou. Da mesma forma, o dirigente associativo lembrou ainda a questão do apelo judicial, salientando ser "inaceitável que o Estado esteja há 15 anos sem rever a tabela de honorários dos advogados que prestam serviço neste domínio e que asseguram o princípio constitucional do acesso ao direito e aos tribunais".

Sublinhando que "ainda há muito a fazer" na área da justiça, o presidente do CRP falou também do problema de segurança e de atuais condições de entrada nos tribunais. "O sistema de controlo de entradas existente é uma farsa, atinge a dignidade dos advogados e não garante segurança nenhuma, como mostra o lamentável incidente no Tribunal de Matosinhos, com a agressão a duas magistradas", referiu.

"Não é possível supor que há segurança nos tribunais só porque na entrada dos edifícios existem há um segurança que controlam quem entra, porque a partir

"Luanda Leaks", ou "algo que toda a gente sabia que acontecia"

VE - O combate à corrupção foi definido como uma das prioridades para a justiça portuguesa. Concorda com esta prioridade ou estas são apenas palavras que vão a reboque dos processos mediáticos?

PP - É claro que a corrupção é algo que mina os alicerces de um Estado de Direito. O sistema em que a corrupção está instalada perverte todo o normal funcionamento dos mercados e das instituições e, portanto, deve ser combatida a convicção por parte do poder político e do poder judicial. No entanto, temos que perceber o que isso significa, não esquecendo e não ultrapassando os limites.

Neste contexto, preocupa-me muito o que está a acontecer nos últimos dias, com a divulgação dos "Luanda Leaks" associados ao "Football Leaks", porque, de repente, percebemos que toda a gente dá sinais de surpresa com

os reguladores, o Banco de Portugal e a CMVM. De repente, toda a gente acordou e isso recorda-me casos passados, nomeadamente os bancos, com os casos BCP, BPN e BES.

VE - Que medidas seriam essenciais adotar neste âmbito?

PP - Tal implica um sistema de controlo mais apertado. Implica que muitas pessoas que estão nos lugares que hoje desempenham sejam rapidamente afastadas. Há pessoas que não têm nenhuma condição para estar nas funções que desempenham e enquanto elas se mantiverem o sistema está preso. É preciso ter a coragem de retirar de cena determinadas pessoas que são prejudiciais ao sistema. Há aqui um novo de interesses cruzados de política, negócios e banca que não se pode manter. É uma vergonha que, hoje, o Estado e as empresas portuguesas estejam nas bocas no mundo porque, aparentemente, fomos utilizados como um instrumento a favor de terceiros que se apo-

Temos hoje situações muitíssimo sérias, como o problema da justiça administrativa e fiscal que não responde às necessidades do país

alço que toda a gente sabia que acontecia. De repente, toda a gente acordou e é isso que é preocupante. O poder político tinha que ter conhecimento disso. aconteceu como o poder judicial,

veitaram de nós, com anuidade de muitos de nós.

VE - Para terminar, até que ponto o aumento do orçamento do Ministério da Justiça, consignado pelo Orçamento de Estado, seria capaz

Valor das custas judiciais em Portugal "é absolutamente escandaloso e incompreensível"

Os problemas que condicionam a justiça nacional foi o tema dominante do discurso de tomada de posse de Paulo Pimenta. Salientando que a justiça nacional "tem ainda sérios e graves problemas", o presidente do Conselho Regional do Porto (CRP) da Ordem dos Advogados abordou na sua intervenção a questão das custas judiciais e da segurança nos tribunais.

O valor das custas judiciais em Portugal "é absolutamente escandaloso e incompreensível" e "põe em causa o princípio constitucional do acesso ao direito e aos tribunais". Procurando clarificar esta acusação, Paulo Pimenta afirmou que "a classe média tem dificuldades em proceder a ações judiciais porque tem de pagar os honorários dos advogados e as custas judiciais, cujos valores são altíssimos. Esta é uma forma de retirar aos cidadãos o acesso à justiça, criando um obstáculo por via das taxas da justiça. E como o apoio judicial só é concedido a pessoas que têm uma situação económica muito deficitária, existe uma grande franja de

cidadãos que não tem acesso aos tribunais porque não conseguem suportar os custos. Isso é muito grave", acusou.

Da mesma forma, o dirigente associativo lembrou ainda a questão do apelo judicial, salientando ser "inaceitável que o Estado esteja há 15 anos sem rever a tabela de honorários dos advogados que prestam serviço neste domínio e que asseguram o princípio constitucional do acesso ao direito e aos tribunais".

Sublinhando que "ainda há muito a fazer" na área da justiça, o presidente do CRP falou também do problema de segurança e de atuais condições de entrada nos tribunais. "O sistema de controlo de entradas existente é uma farsa, atinge a dignidade dos advogados e não garante segurança nenhuma, como mostra o lamentável incidente no Tribunal de Matosinhos, com a agressão a duas magistradas", referiu.

"Não é possível supor que há segurança nos tribunais só porque na entrada dos edifícios existem há um segurança que controlam quem entra, porque a partir



"É preciso ter a coragem de retirar de cena determinadas pessoas que são prejudiciais ao sistema", afirmou, durante o seu discurso, Paulo Pimenta.

de resolver, por si só, alguns problemas da justiça?

PP - É claro que, muitas das vezes, a questão do dinheiro poderá ser um critério, como por exemplo na manifesta falta de meios. A Polícia Judiciária carece de meios humanos e técnicos e, portanto, quanto maior disponibilidade financeira houver, seguramente, melhor capacidade de resposta haverá.

Temos também problemas que, aparentemente, resultam de diretamente questões financeiras, como a conservação dos tribunais. Temos edifícios de tribunais em péssimas condições, alguns deles em risco de ruína, como acontece com o Tribunal de São João Novo, no Porto, onde existe

um perigo real para a saúde e integridade física de quem lá vai ou aí trabalha.

No entanto, há outro tipo de questões que não implicam dinheiro, mas sim reconhecimento e boa gestão, o que implica apenas alguém dirija adequadamente.

Segundo mandato será de continuidade

VE - Olhando agora um pouco para o seu trabalho, que balanço faz do seu anterior mandato?

PP - O balanço é claramente positivo. Fizemos um mandato que conseguiu afirmar institucionalmente o Conselho Regional do Porto (CRP), tanto no meio judicial como na sociedade civil.

civil, conseguimos aproximar o conselho das delações, dos advogados e conseguimos desenvolver a atividade da formação. Tudo isto se realizou no mandato eleitoral. Havia três candidaturas ao Conselho, a votação que obtivemos dobrou uma das candidaturas e triplicou a outra.

VE - O que o motivou a avançar com a recandidatura a um segundo mandato?

PP - A minha recandidatura deveu-se ao sentimento de que há ainda um trabalho por desenvolver, especialmente, mas não só, na Plataforma Direito em Dia, que ao fim de 10 meses de implementação é um verdadeiro sucesso. Temos milhares de advogados e não só que são utilizadores frequentes da plataforma, mas esta pode ser ainda mais desenvolvida. Só isto justificava a recandidatura, mas há ainda trabalho a desenvolver, nomeadamente melhorando as ligações com as delações.

VE - Quais serão então as prioridades para o novo mandato que agora se inicia?

PP - O trabalho mais árduo como o CRP faz-se em continuo, não é algo que se inicia e termina em três anos. Quando inicié o primeiro mandato, demos continuidade e desenvolvimento a coisas que já vinham do passado e quem vier a seguir também irá dar continuidade a alguns dos trabalhos que fomos fazendo. Não obstante, queremos trabalhar na melhoria contínua, quer no funcionamento dos serviços, quer na resposta do CRP aos advogados, que são os principais destinatários, mas também para toda a sociedade civil.

FERNANDA SILVA TEIXEIRA
fernandateixeira@vidaeconomica.pt

Vida Económica - No início do presente ano judicial o novo Bastonário da Ordem dos Advogados falou em "nuvens negras" na justiça. Quais considera serem os principais problemas que afetam a justiça nacional?

Paulo Pimenta - A justiça nacional tem ainda sérios e graves problemas. Se compararmos com há 20 ou 30 anos atrás, diremos que está melhor, seguramente, mas não podemos esquecer que a

realidade de hoje é também diferente, muito mais exigente e mais complexa do que no passado.

No entanto, temos hoje situações muitíssimo sérias, como o problema da justiça administrativa e fiscal que não responde às necessidades do país. O grau de atraso nesta área é algo absoluta-

no momento em que as pessoas passam dessa entrada circular livremente pelos tribunais. Qualquer magistrado está sujeito a ser agredido no seu gabinete. E os advogados têm de se preocupar com isso também", alertou.

Por outro lado, acrescentou Paulo Pimenta, "naquela diligência estavam uma juíza, uma procuradora, um pai e uma mãe. Não havia advogados, pois é um processo onde a lei não exige tal. Ora, dificilmente uma situação daquelas aconteceu se houvesse advogados presentes, pois os advogados têm obrigação de explicar às pessoas o que vai acontecer, de amonecer as tensões e a ansiedade. Ali não, as pessoas estão num gabinete, nem sabem bem se as pessoas que estão à sua frente são juizes e o que isso representa".

Neste contexto, o responsável recorda que a OJ tem vindo a defender, "há muito tempo", que deveria ser obrigatório constituir advogados em mais situações do que aquela que a lei prevê. "Deve ser alargado o âmbito da obrigatoriedade da constituição de advogado como forma

de garantir a informação dos cidadãos e a efetiva defesa dos seus direitos perante as mais diversas entidades. Acresce que o advogado assegura a explicação do funcionamento do sistema de justiça aos cidadãos, contribuindo para evitar atitudes precipitadas e intempestivas".

A terminar, Paulo Pimenta abordou ainda no seu discurso a gravidade da presente situação da Caixa de Previdência dos advogados e solicitadores, defendendo "uma reflexão séria e profunda acerca do modelo e da respetiva sustentabilidade", alertou para a situação "muito grave" dos estabelecimentos prisionais, e que vai "sendo gerida pelo Ministério da Justiça com merecido ceticismo à medida que vão eclodindo os problemas", e sublinhou o caso dos arguidos inimputáveis que, "em vez de estarem internados em hospitais psiquiátricos, condicoio primeira para alguma perspetiva de recuperação ou de acompanhamento adequado, são 'despejados' em prisões, literalmente abandonados e esquecidos, e incapazes de se defenderem seja do que for".